

**REFERÊNCIA: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023, VINCULADA AO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2022 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2022 -
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ**

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o n. 03.133.862/0001-80, com sede na Rua Capitão Enéas, nº 538, Centro, Francisco Sá/MG, neste ato representado pelo seu Diretor Elvis Henrique Ruas Rodrigues, denominado simplesmente **Contratante**, e de outro a Licitante **HLH – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.915.196/0001-70**, com sede à Rua Rio de Janeiro, nº 15, Progresso, Turmalina-MG, CEP 39.660-000, representada pelo Sr. **Helbert Lopes de Macedo**, inscrito no CPF sob o nº **509.496.406-20**, a seguir denominado **Contratada**, resolvem firmar o presente contrato administrativo em face do Processo Licitatório nº 118/2022 – Pregão Presencial nº 052/2022, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Termo de Referência e mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO DE SISTEMA INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM PLATAFORMA ONLINE COM OS SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO CONTÁBIL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE FRANCISCO SÁ; CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES; SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – PREVIBREJO.

LOTE	SEQ.	UNID.	QUANT.	Descrição do serviço	PREÇ. UNIT	PREÇ. TOTAL
01	3	Mês	12	Licença de uso de sistema integrado para Gestão Pública para Instituto de Previdência Municipal - PREVIBREJO.	R\$2.649,00	R\$31.788,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Dos preços

2.1.1. O valor, global dos serviços elencados na cláusula primeira, é de **R\$ 31.788,00 (trinta e um mil e setecentos e oitenta e oito reais), sendo os pagamentos feitos mensalmente no valor de R\$2.649,00 (dois mil e seiscentos e quarenta e nove reais).**

ELVIS HENRIQUE
RUAS
RODRIGUES:1050
5749661

Assinado de forma digital
por ELVIS HENRIQUE
RUAS
RODRIGUES:10505749661
Dados: 2023.01.24
11:18:37 -03'00'

HELBERT
LOPES DE
MACEDO:509
49640620

Assinado de forma
digital por HELBERT
LOPES DE
MACEDO:50949640620
Dados: 2023.01.24
13:23:33 -03'00'

2.2. Da Forma de Pagamento

2.2.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, diretamente à detentora conforme comprovação da regular prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

2.2.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

2.2.3 - Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

2.2.4 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à prestação de serviço objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO

3.1. O regime de execução do presente contrato é o de execução indireta em regime de empreita por unitários, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº: 8.666/93.

3.2. A fiscalização será exercida por servidor indicado pelo PREVIBREJO, mas não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive terceiros, por quaisquer irregularidades e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes prepostos.

3.3. É de inteira e total responsabilidade da contratada a obrigação pela prestação do serviço e execução de todos os serviços que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas.

- 3.1. A **CONTRATADA**, para fins de fornecimento do objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação do Processo Licitatório nº 118/2022.
- 3.2. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos do EDITAL DE PREGÃO N.º 118/2022 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ, a Ata de Registros de Preços nº 002/2023 constantes do Processo Licitatório n.º 052/2022, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da CONTRATADA.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária sob as rubricas n.º:

- 16.01.01.09.122.0002.2132.33903900-105 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica - Ficha 09.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

ELVIS HENRIQUE
RUAS
RODRIGUES:105
05749661

Assinado de forma
digital por ELVIS
HENRIQUE RUAS
RODRIGUES:1050574966
Dados: 2023.01.24
11:19:20 -03'00'

HELBERT
LOPES DE
MACEDO:509
49640620

Assinado de forma
digital por HELBERT
LOPES DE
MACEDO:50949640620
Dados: 2023.01.24
13:23:56 -03'00'

5.1. O prazo de vigência do CONTRATO será até 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal após sua publicação, podendo ser prorrogado conforme legislação em vigor.

5.2. O Contrato Administrativo poderá ter sua vigência prorrogada por igual período em conforme com o estabelecido no art. 57 da Lei 8.666/93, através termo aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E DO REAJUSTE

6.1. A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. DO REAJUSTE

6.2.1. Os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses.

6.2.2. Decorrido o prazo acima estipulado, será reajustado através de termo de apostilamento ou de aditivo, corrigidos monetariamente pelo INPC, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

6.2.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do Contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA NOVAÇÃO

7.1. Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Executar o contrato no melhor padrão de qualidade e executar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que a mesma venha cometer no desempenho de suas funções.

b) Prestar os esclarecimentos solicitados.

c) Permitir e facilitar à Fiscalização da Administração, inspeção da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS a serem entregues, prestando todas as informações solicitadas pela Administração.

d) Informar à Fiscalização da Administração a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS no prazo requisitado pela Administração e estabelecido pelo contrato, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

e) Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes do cumprimento deste instrumento.

f) Realizar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO no endereço indicado, conforme os prazos estabelecidos, visando assegurar o seu pleno uso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

g) Executar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO conforme solicitação do PREVIBREJO responsável por gerir o CONTRATO (ou conforme solicitação dos demais órgãos

contratantes), em sua totalidade, condições normais, na melhor técnica, obedecendo rigorosamente às normas de segurança pertinentes.

h) Atender prontamente às reclamações da Administração, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

i) Designar um representante para acompanhar a execução do CONTRATO.

j) Responsabilizar-se pela qualidade dos SERVIÇOS entregues, substituindo, imediatamente, aqueles que apresentarem qualquer categoria de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações, parte integrante deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do CONTRATO.

k) Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo Prefeitura Municipal de Francisco Sá ou dos outros órgãos conotratantes, com respeito à execução deste CONTRATO.

l) A empresa contratada obriga-se no direito de manter em toda a vigência do CONTRATO firmado entre as partes as condições de habilitação em dia.

9. CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento de acordo com o valor contratado;

9.2. Fiscalizar e acompanhar, através de um servidor constituinte, a completa execução do objeto contratado;

9.3. Prestar a Contratada, todas as informações e dados por ela solicitados, desde que sejam disponíveis e do conhecimento da Contratante;

9.4. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;

9.5. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir prazos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

9.6. Dispor maquinas e equipamentos (computadores) capazes de viabilizar a executabilidade do sistema.

9.7. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, nos termos do artigo 67, da Lei Federal n.º 8.666/93.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, ao **Contratante** são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da citada Lei.

10.3. Fica ainda convencionado, entre as partes, a previsibilidade de rescisão

unilateralmente sob aviso, com prazo mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias pela desistência na continuidade na prestação dos serviços, sem ônus indenizatório em decorrência da rescisão antecipada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O Contratado que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de promover o fornecimento, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Francisco Sá e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

14.2. Pelo descumprimento total ou parcial das condições do CONTRATO, a Administração poderá aplicar à empresa contratada as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantida a ampla defesa:

I – Advertência

II - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

A) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da prestação de serviços não realizada na etapa;

B) 20% (vinte por cento) sobre o valor da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento do CONTRATO.

C) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, conforme orçamento aprovado, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o CONTRATANTE, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a dois anos.

IV - Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

11.3.O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.

11.4. Se os valores não forem suficientes, o recolhimento das multas nas alíneas “a” e “b” deverá ser feito através de guia própria do PREVIBREJO, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que for aplicada a multa, com o setor de tributos do Município.

11.5.As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12.1. As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do anexo I - Termo de Referência e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. É vedado às partes transferir a terceiros qualquer obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

13.2. A CONTRATADA, antes de ser convocado para a retirada da Nota de Empenho, poderá requerer à CONTRATANTE, por escrito, o cancelamento da contratação, se o preço de mercado tornar-se superior ao contratado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do Contrato Administrativo, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato Administrativo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Francisco Sá – MG, 24 de Janeiro de 2023.

ELVIS HENRIQUE RUAS
RODRIGUES:105057496
61

Assinado de forma digital por
ELVIS HENRIQUE RUAS
RODRIGUES:10505749661
Dados: 2023.01.24 11:21:52 -03'00'

CONTRATANTE:

Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG
Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo

HELBERT
LOPES DE
MACEDO:5094
9640620

Assinado de forma
digital por HELBERT
LOPES DE
MACEDO:50949640620
Dados: 2023.01.24
13:25:54 -03'00'

CONTRATADA: HLH – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ Nº 2.915.196/0001-70

P/ Representante Legal: Sr. Helbert Lopes de Macedo
CPF sob o nº 509.496.406-20



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ
CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 -CENTRO -
FRANCISCOSÁ -MG .

Testemunhas:

1. Larcília Martins Rocha
CPF: 860.946.196-87

2. Thaine Stepane Ferreira Nery
CPF: 120.588.926-40



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE
FRANCISCO SÁ
CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 - CENTRO -
FRANCISCOSÁ -MG .

PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO

Publicação no Quadro de Avisos do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG.

Assunto: EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2023.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO DE SISTEMA INTEGRADO PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM PLATAFORMA ONLINE COM OS SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO CONTÁBIL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE FRANCISCO SÁ; CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES; SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE E INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – PREVIBREJO”

PARTES: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG x HLH – ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

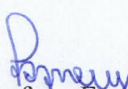
VALOR: R\$31.788,00 (trinta e um mil e setecentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA: de 24/01/2023 até 24/01/2024.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 16.01.01.09.122.0002.2132.33903900-105 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica - Ficha 09.

Francisco Sá/MG, 24 de janeiro de 2023.


Thaine Stefane Ferreira Nery
Presidente da CPL